

PREFEITURA DE RIO BRANCO / AC CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº001/2023/PMRB/AC

CARGO P03 - PROCURADOR MUNICIPAL

**Caderno de Questões da Prova Discursiva
(Peça Processual e Questões Discursivas)**

Leia as instruções abaixo:

A Prova Discursiva consistirá:

- a) 01(uma) peça processual de, no máximo, 120 linhas.
- b) 02(duas) questões discursivas acerca de temas contidos no conteúdo específico do cargo, devendo o candidato observar o número de linhas (máximo e/ou mínimo) indicado na Prova.

Peça Processual

Questão 1

O Município Beta é uma pequena cidade do interior do estado Alpha, com cerca de 40 mil habitantes. Sua economia depende principalmente da agricultura e do comércio local. Apesar de sua importância histórica e cultural, o município enfrenta diversos problemas sociais e administrativos, como a falta de infraestrutura e de oportunidades de desenvolvimento, principalmente de serviços públicos na área da saúde.

João da Gama foi prefeito do Município Beta entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013. Durante sua campanha eleitoral em 2009, ele prometeu construir um hospital no município para facilitar o acesso da população ao atendimento médico, já que a capital do estado ficava a 412 km de distância.

No entanto, depois de assumir o cargo, João da Gama descobriu um déficit nas contas públicas. Essa situação persistiu durante todo o seu mandato devido à falta de crescimento das receitas municipais, tornando inviável a construção do hospital. Terminado o mandato de João da Gama, uma vez que ele não foi reeleito, o Ministério Público do estado Alpha iniciou um inquérito civil para investigar a promessa não cumprida. Desse modo, em novembro de 2022, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito João da Gama.

Na petição inicial, sustentou-se que a omissão violou os princípios da Administração Pública, especialmente porque teria violado o dever de honestidade e deixado de cumprir um ato oficial vinculado à promessa eleitoral. Por esse motivo, foi solicitada a suspensão dos direitos políticos de João por um período de uma legislatura e a imposição de uma multa no valor de R\$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais). Também se pugnou pelo acolhimento de uma medida cautelar para tornar indisponíveis os bens do ex-prefeito.

O juiz da Vara da Fazenda Pública considerou que havia justa causa para ação, determinando a citação do ex-prefeito. Concernente à medida cautelar para tornar indisponíveis os bens, o juiz afirmou que a liminar seria apreciada após a apresentação da defesa.

Depois de ser regularmente citado, João contratou você como advogado(a) para defendê-lo. O ex-prefeito acredita estar sendo vítima de perseguição política e faz questão de apresentar suas razões ao juízo de primeiro grau. Levando em consideração essas informações e sabendo que João procurou você no mesmo dia em que foi citado, antes que os prazos processuais começassem a contar, redija em, no máximo, 120 linhas a peça adequada junto ao órgão competente para a ação em andamento, para defender os interesses de João da Gama, apresentando todos os argumentos relevantes à luz do caso concreto.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

Discursivas

Questão 1

A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece os requisitos de validade dos atos administrativos, bem como as situações de invalidação, revogação e convalidação desses atos.

Nesse contexto, considere o caso hipotético em que a Secretaria de Educação de um município concedeu uma bolsa de estudos a um aluno carente para cursar uma faculdade particular, mediante processo seletivo com requisitos legais estabelecidos. Posteriormente, verificou-se que o aluno não preenchia os requisitos legais para a concessão do benefício, pois possuía, no momento do processo até a presente data, renda familiar superior ao limite estabelecido.

Diante disso, a Secretaria de Educação, sem nenhuma provocação, em processo administrativo, anulou o ato de concessão da bolsa do aluno.

No caso hipotético, considerando a aplicação da referida Lei, utilizando texto discursivo, responda aos itens abaixo em, no mínimo, 5 e, no máximo, 10 linhas.

A) A anulação do ato de concessão da bolsa foi correta? Explique.

B) Ainda que sem provocação, a Secretaria de Educação poderia anular seu ato? Explique.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Questão 2

A Lei nº 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção, estabelece a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, prevendo, entre outras sanções, a aplicação de multa e a publicação extraordinária da decisão condenatória, dentro dos critérios estabelecidos pela Lei.

Na aplicação da Lei Anticorrupção, considere um caso hipotético em que a empresa X, com valor de faturamento bruto impossível de se mensurar, foi condenada pela prática de ato lesivo à administração pública federal, multada em R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Para publicação extraordinária da decisão condenatória, no formato previsto em Lei, foi utilizado o jornal “Mais Notícias”, maior jornal da região, sendo exposto na área da prática da infração e na área de atuação da empresa X, sendo as despesas de responsabilidade da empresa X. Considerando o caso hipotético, utilizando texto discursivo, responda aos itens abaixo em, no mínimo, 5 e, no máximo, 10 linhas.

A) A multa à empresa X poderia ser aplicada? Discorra sobre os limites, no caso apresentado.

B) A publicação extraordinária da decisão condenatória poderia ter sido feita em jornal de grande circulação no local da prática da infração e na área de atuação da empresa X? Discorra sobre.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10